

Atena
Editora

Ano 2020

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 3

MARCOS AURÉLIO ALVES E SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 3

MARCOS AURÉLIO ALVES E SILVA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Formação de professores:
perspectivas teóricas e práticas na ação
docente**

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Marcos Aurélio Alves e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação de professores [recurso eletrônico] : perspectivas teóricas e práticas na ação docente 3 / Organizador Marcos Aurélio Alves e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-215-9 DOI 10.22533/at.ed.159202707 1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Silva, Marcos Aurélio Alves e. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente” é uma obra composta por vários trabalhos com traços relevantes no que concerne a discussão da temática da formação de professores. Apresenta relatos que propiciam uma leitura convidativa que tange abordagens teóricas e práticas da formação inicial a formação continuada dos docentes.

Neste sentido, o livro tem como objetivo central em apresentar de forma clara, os estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. No segundo volume é contido escritos que abordam questões da profissionalização docente em seu âmbito de atuação com ênfase, em especial, as temáticas da tecnologia, inclusão, gestão, avaliação e política educacional. Ainda neste volume, é possível encontrar relatos que apontam para os cursos de formação de professores, a partir das práticas que nestes estão inclusas.

O terceiro volume é marcado de modo particular, por debates que enfatizam o professor nas várias modalidades de ensino e o construto de sua identidade enquanto profissional. Também é possível apreciar os trabalhos realizados na atuação do professor em sala de aula, diante dos recursos e metodologias que contribuem na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam pela temática da formação de professores. Possuir um material que discuta as questões relacionadas a essa temática é muito relevante, pois adentra nos aspectos da profissionalização de uma categoria marcada de características ao longo do tempo.

Deste modo o e-book “Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente 2 e 3” apresentam uma teoria bem fundamentada nos resultados obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui são apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores expor e divulgar seus resultados.

Marcos Aurélio Alves e Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL BASEADA NA HISTÓRIA DE VIDA	
Anaisa Alves de Moura Maria Suelane Pereira da Silva André Muniz de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1592027071	
CAPÍTULO 2	10
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO	
Ana Izabel da Silva Rosário Leonardo Alcântara Alves	
DOI 10.22533/at.ed.1592027072	
CAPÍTULO 3	23
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E A APRENDIZAGEM PARA AÇÃO SOCIOPOLÍTICA POR MEIO DE ANÁLISE DE QUESTÃO SOCIOCIENTÍFICA	
Katia Dias Ferreira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.1592027073	
CAPÍTULO 4	36
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: FERRAMENTAS METODOLÓGICAS ENVOLVENDO O ENSINO DE BIOQUÍMICA NO ENSINO MÉDIO	
Ananda Thaysse do Val Soares Francilayra Adelina da Silva Roseno Ana Beatriz Araújo Dantas Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda Francisco de Assis Diniz Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.1592027074	
CAPÍTULO 5	49
APRENDIZAGEM EM <i>DOUBLE LOOP</i> : OS SABERES DOCENTES E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DO CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Pâmela Christina Gonçalves de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.1592027075	
CAPÍTULO 6	58
CONTRIBUTOS DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO PPGEd/UFPI PARA A REFLEXÃO ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Débora Nívea Ferreira de Sousa Reis Josania Lima Portela Carvalhêdo	
DOI 10.22533/at.ed.1592027076	
CAPÍTULO 7	70
DA LUTA POR DIREITOS AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA: EMBATES E DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BAIXA MOGIANA	
Alex Barreiro	
DOI 10.22533/at.ed.1592027077	

CAPÍTULO 8 78

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO PARFOR: REFLEXÕES A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) DE HISTÓRIA NA URCA

Joaquim dos Santos
Maria Arleilma Ferreira de Sousa
Paula Cristiane de Lyra Santos

DOI 10.22533/at.ed.1592027078

CAPÍTULO 9 90

INCLUSÃO ESCOLAR DE EDUCANDOS COM TRANSTORNO DE DÉFICITE DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE EM ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

Raimunda Fernandes da Silva Souza
Rozineide Iraci Pereira da Silva
Diógenes José Gusmão Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.1592027079

CAPÍTULO 10 100

LIDANDO COM A DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Rafaela Andréia Lopes
Iury de Almeida Accordi
Andréia Ambrósio-Accordi

DOI 10.22533/at.ed.15920270710

CAPÍTULO 11 112

MUDANÇAS NO PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR: BREVE HISTÓRICO

Juliana Campos Francelino
Flavinês Rebolo

DOI 10.22533/at.ed.15920270711

CAPÍTULO 12 122

NARRATIVAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Cristina G. Fortes
Renata C. O. Barrichelo Cunha

DOI 10.22533/at.ed.15920270712

CAPÍTULO 13 124

O CONCEITO DE *PROFESSOR REFLEXIVO* COMO POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi
Andreia Cristiane Silva Wiezzel

DOI 10.22533/at.ed.15920270713

CAPÍTULO 14 136

O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR BACHAREL: CAMINHOS POSSÍVEIS COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PRA A FORMAÇÃO INICIAL E PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM NÍVEL SUPERIOR.

Josenilda de Souza Silva
Maria Célia Borges

DOI 10.22533/at.ed.15920270714

CAPÍTULO 15 145

O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A ORGANIZAÇÃO NA ROTINA PEDAGÓGICA

Maria do Socorro de Resende Borges

DOI 10.22533/at.ed.15920270715

CAPÍTULO 16 157

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ENSINO: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Camila Alvares Sofiati

Eduardo Henrique Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.15920270716

CAPÍTULO 17 170

PRÁTICA DE RECURSOS HUMANOS: DINÂMICA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM SALA DE AULA

Camila Mendonça Romero Sales

Diego da Silva Sales

Arthur Rezende da Silva

DOI 10.22533/at.ed.15920270717

CAPÍTULO 18 177

PRÁTICA DOCENTE: DIRECIONAMENTOS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO COM O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL/CEGUEIRA

Geisa Veregue

Miryan Cristina Buzetti

DOI 10.22533/at.ed.15920270718

CAPÍTULO 19 187

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROCESSO DE FORMAÇÃO E SABERES DOCENTES

Josmaria Aparecida de Camargo

Hanny Paola Domingues

Sonia Maria Chaves Haracemiv

DOI 10.22533/at.ed.15920270719

CAPÍTULO 20 197

QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS E AS DIMENSÕES CONCEITUAIS, PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS: POSSIBILIDADES NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Luiza Olivia Lacerda Ramos

Emily Patrícia dos Santos Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.15920270720

CAPÍTULO 21 208

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE INTERAÇÕES HUMANAS NOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Gilmar dos Santos Sousa Miranda

DOI 10.22533/at.ed.15920270721

CAPÍTULO 22 219

TROPEÇOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA GESTÃO EDUCACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (1989-2012)

Sandra Maria Sanches

DOI 10.22533/at.ed.15920270722

CAPÍTULO 23	232
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Maria das Dores de Freitas Soares Kyrleys Pereira Vasconcelos DOI 10.22533/at.ed.15920270723	
SOBRE O ORGANIZADOR	243
ÍNDICE REMISSIVO	244

TROPEÇOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA GESTÃO EDUCACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (1989-2012)

Data de aceite: 01/07/2020

Sandra Maria Sanches

PUC/SP – sanches.sandramaria@gmail.com

RESUMO: O presente texto não pretende apresentar uma perspectiva propositiva de resistência, no entanto, tem a pretensão de induzir à necessidade de que as Políticas Educacionais sejam analisadas de forma crítica, na tentativa de desvelar aquilo que ela não diz. Essa postura sustenta a possibilidade de desencadear algumas ações de resistências. O objetivo central do presente texto é identificar a forma pela qual a política educacional do Município de São Paulo forja a função diretiva por meio do fluxo de exigências que decorre das reformas educacionais e os tropeços de uma gestão que se propaga como democrática. Para tanto, a metodologia utilizada foi o levantamento de documentos oficiais localizados no catálogo de documentos na Memória Técnica Documental MTD da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, no período compreendido entre 1989 e 2012. A análise dos dados apontou para o fato de que, nos documentos oficiais que regem ou que sustentam as políticas educacionais, o significado de gestão é explicitado como

condição para o processo político educacional e sugere um encaminhamento democrático, participativo em tomada de decisões em todas as reformas. No entanto, esse significado se choca com ações desencadeadas destas políticas, ou seja, a delimitação legal forja uma atuação diretiva de gerência de resultados e performance.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional; Diretor de Escola; Reformas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente texto não pretende apresentar uma perspectiva propositiva de resistência, no entanto, tem a pretensão de induzir à necessidade de que as Políticas Educacionais sejam analisadas de forma crítica, na tentativa de desvelar aquilo que ela não diz. Essa postura sustenta a possibilidade de desencadear algumas ações de resistências.

Apresentando parte de resultado de pesquisa de Dissertação de Mestrado (SANCHES, 2014), o objetivo central do presente texto é identificar a forma pela qual a política educacional do Município de São Paulo interfere na constituição das relações estabelecidas na escola em relação à atuação

do diretor de escola, resgatando as propostas expressas nas políticas educacionais implementadas no município de São Paulo, no período compreendido entre 1989 a 2012, para compreensão dos discursos orientadores da realidade das escolas na função diretiva.

Esse trabalho justifica-se pela inquietação em desvelar o jogo das ações decorrentes de políticas educacionais, entender o que essas ações escamoteiam.

A educação se transformou em ponto comum, no discurso dos governantes, para investir mudanças que se justificam pela melhoria da qualidade do ensino e pela democratização do ensino.

As reformas educacionais, segundo Ball (2001), apresentam um novo paradigma de governo educacional no qual a concepção de políticas específicas do Estado Nação nos campos econômico, social e educativo se reduz à política para a competitividade econômica, ou seja, a função social da educação ocupa espaço apenas na retórica. Para o autor, é cada vez mais difícil identificar políticas educativas de partidos rivais, pois as diferenças se referem às questões de ênfase e não de distinção. Cabe ressaltar que até em partidos não rivais, como podemos constatar na descrição da política implementada no município de São Paulo, as ênfases podem sofrer alterações no percurso de implementação das propostas educacionais.

Defende o autor que, subjacente a esse novo paradigma, está a disseminação das formas empresariais determinando e definindo as relações no estado, entre estado e a sociedade civil e a economia, transformando o estado provedor em estado regulador e auditor, provocando no setor público uma profunda alteração na relação entre o trabalhador e seu trabalho, tendo em vista que o comprometimento com seu trabalho perde o sentido e o juízo profissional é submetido aos requisitos da performatividade e marketing.

As ênfases escolhidas por cada governo são publicizadas por meio das “reformas” implementadas que, segundo Popkewitz (1997), iludem com a ideia de que trazem progresso ou melhoramento social; que são sempre coisas melhores.

A fonte de dados para análise da pesquisa, foram documentos oficiais localizados no catálogo de documentos na Memória Técnica Documental - MTD da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo - departamento responsável pela manutenção de arquivos de documentos históricos e técnico-pedagógicos das políticas educacionais implementadas no município - dos períodos compreendidos entre 1989 e 2012.

A POLÍTICA EDUCACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (1989-2012)

A gestão de Luiza Erundina (1989-1992), foi pautada por quatro prioridades: democratização do acesso e permanência dos setores populares, democratização da gestão, nova qualidade de ensino por meio da construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente e movimento de alfabetização de jovens e adultos.

Essa gestão iniciou uma reorganização parcial da Secretaria Municipal de Educação (SME) para atender a democratização da gestão que nessa perspectiva era concebida como uma administração colegiada. Visava privilegiar a autonomia da escola com a descentralização administrativa e para atender esse princípio, os órgãos centrais e intermediários foram reformulados com a criação de colegiados de decisão em três níveis: o colegiado central, responsável pelas diretrizes educacionais e representado por SME; o colegiado regional representado pelas administrações regionais, cuja função era a compatibilização das diretrizes definidas pelo colegiado central e o nível local representado pela implantação efetiva dos conselhos de escola.

Buscando atender o compromisso de priorizar a qualidade de ensino, foi implementado o Movimento de Reorientação Curricular, que criava ciclos de aprendizagem em oposição a estrutura seriada, e Formação Permanente do Educador com apoio das universidades e a realização de amplos debates com a participação de toda comunidade educativa para refletir a função da escola e questões estruturais. As discussões consideravam o contexto concreto das escolas: as péssimas condições de manutenção. A proposta político-pedagógica intitulada “Escola Democrática” objetivava a construção de uma escola pública popular de boa qualidade e democrática.

A valorização dos profissionais da educação foi atendida, nesta gestão, por meio da criação do Estatuto do Magistério Público que organizou e assegurou aos profissionais da educação: piso salarial com data base; plano de carreira do magistério; jornada de trabalho integral; investimentos em concurso; concurso de acesso; evolução funcional; organização do quadro dos profissionais; direito de afastamento sindical para participação da categoria em congressos e outros eventos sindicais. E, ainda, propôs a criação do cargo de Professor Adjunto, com provimento apenas por concurso público de ingresso. Era um professor concursado para suprir ausências e licenças de professores titulares com os mesmos direitos dos professores titulares e a possibilidade de, mediante concurso público, acessar a carreira dos professores titulares. Essa medida não supriu todas as ausências e nem acabou com os contratos emergenciais, mas aumentou o quadro de professores por escolas.

Os recursos financeiros para as escolas foram descentralizados para que as escolas pudessem aplica-los nas suas necessidades reais.

No âmbito da secretaria, houve a cisão dos departamentos responsáveis pela gerência administrativa da rede e pelo planejamento pedagógico, com a criação de um único departamento: CONAE para facilitar a superação da dicotomia entre o administrativo e o pedagógico. Nos registros encontrados das ponderações construídas sobre este Projeto de Lei era explicitada a preocupação com a prevalência do dimensionamento político da realidade sobre as questões de gerenciamento técnico na construção das propostas. Nesses documentos foram questionadas, a utilização e definição dos conceitos: eficácia, eficiência, desempenho, etc.

Conforme Santos (1997), essa reestruturação organizacional da Secretaria de Educação do Município de São Paulo, possibilitou, de forma mais apropriada, a forma cogestionária como política educacional, permitindo a interferência das classes populares na formulação do plano anual da secretaria. Na avaliação da autora, um dos motivos que impediram a consolidação do processo de descentralização e participação na gestão da política educacional, foi a inviabilidade de efetivação da proposta de formação para os diretores de escola.

No entanto, os estudos sobre cultura escolar, apontam outros elementos que atravancam a proposta de gestão democrática. A falta de tempo para introjeção da proposta de maneira a transformar as relações de mando, ou seja, a introjeção de uma cultura de participação que era e continua sendo inexistente na rede municipal de ensino é um processo que precisa ser introjetado. A alteração profunda expressa pelas reformas tem a intenção de recriar aspectos da cultura escolar que ocorrem de modo lento e não de acordo com o movimento barulhento dos reformadores (Viñao, 1996).

A proposta educacional dessa gestão foi acompanhada de mudanças estruturais que possibilitavam mudanças concretas na escola, sobretudo na organização de processos de tomada de decisões.

Outro destaque importante diz respeito à concepção do professor como trabalhador intelectual capaz de produzir e socializar conhecimentos. É possível perceber a possibilidade de atuação do diretor, diferentemente de um profissional que manda em nome de outro, um indivíduo que, por meio do aparato burocrático, viabilizaria a concretização de um projeto político pedagógico para atender as necessidades da escola e do aluno.

Já a gestão seguinte, de Paulo Maluf (1993-1996), rompe com projeto mais autônomo em relação à preponderância econômica. Balizada pela proposta liberal, expressava a limitação de oferta de serviços básicos e essenciais à população oferecidos pelo governo, com introdução de novos conceitos que nortearam a construção das diretrizes educacionais, buscava a eficácia e efetividade de resultados e para isso, viabiliza a desburocratização e descentralização, bem como a associação entre os interesses públicos e os da iniciativa privada.

Cinco eixos pautaram a política educacional dessa gestão: valorização da educação e do educador; atendimento escolar; escola voltada para o aluno; plena utilização de recursos e normatização da administração.

Enquanto a gestão anterior expressava um projeto democrático, popular e emancipador, o segundo, revela ruptura com o dimensionamento político da realidade e privilegia o gerenciamento técnico imprimindo características antidemocráticas na construção das diretrizes. O então prefeito, Paulo Maluf, apresenta o Plano de Governo como “meu plano de governo” para a cidade de São Paulo e o compromisso de garantia do desenvolvimento social e econômico para a cidade.

A principal meta dessa gestão, para a educação, era a qualidade seguida pela

preocupação com a evasão e repetência. Questões que seriam enfrentadas por meio da proposta intitulada “Enfrentar o desafio” e conforme o então secretário da educação, Sólton Borges dos Reis, era necessário resgatar o papel normatizador do sistema para alcançar a qualidade.

O programa educacional previa a distribuição de material didático para alunos e professores. Instituiu o programa adote uma escola, que consistia em convênio entre escola e iniciativa privada para patrocínio de atividades educacionais e reformas operacionais. Alunos e famílias foram concebidos como clientela e o princípio da administração se pautava pela ideia de que a sobrevivência de uma organização está na qualidade que está associada à produtividade e competitividade.

O conjunto de medidas visando a implantação da gestão pela qualidade total compreendia, para a Secretaria de Educação, a implementação do Programa de Melhoria do Desempenho da Rede Municipal de Educação. Diretores de Escola, Assistentes de Direção e Supervisores foram convocados a participarem da formação continuada, em 1995, intitulada “Desenvolvimento de Diretores de Escola e Aprimoramento dos Sistemas de Gestão de Unidades Escolares”, promovida pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração da Universidade de São Paulo em conjunto com a Diretoria de Orientação Técnica. Essa atividade visava definir as atribuições dos respectivos cargos e evidencia a característica gerencial da administração ao centrar na figura do diretor de escola a responsabilidade pelo alcance da Qualidade Total. Outra questão evidente era a hierarquização das relações, pois os supervisores eram responsáveis pela supervisão do trabalho do diretor de escola.

Aguiar (2011) e Santos (1997) afirmam que, antes de se consolidar, a reorientação curricular proposta pela gestão Erundina, foi interrompida, em 1993, com a proposta de Qualidade Total, implementada pela gestão Maluf, que estruturou a escola em dois ciclos de progressão continuada: Ciclo I (1ª a 4ª série) e Ciclo II (5ª a 8ª série) e, nesta proposta, as decisões administrativas e pedagógicas são centradas na equipe técnica: diretores, coordenadores, assistentes de direção e supervisores. Pode-se afirmar que a proposta de qualidade total interrompeu a possibilidade de participação da comunidade educativa, não só em relação às políticas educacionais, mas em relação ao próprio trabalho desenvolvido nas escolas tendo em vista a distribuição de material didático para professor e aluno. O professor foi concebido como executor, e ao diretor foi imposta a atuação de gerente que, por meio da burocracia legal, executa em nome de alguém, um preposto do Estado.

A gestão seguinte, de Celso Pitta (1997-2000), mantém os principais princípios, conceitos e estrutura organizacional da gestão que o antecedeu. Acrescenta à política educacional o compromisso de estruturação do ensino nos parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases. Em 1998, a escola foi organizada em dois ciclos, Ciclo I: 1º ao 4º ano e Ciclo II: 1º ao 4º ano (antiga 5ª a 8ª série) e o oferecimento de Recuperação Paralela, em horário diverso da aula, para diminuir a reprovação e a defasagem idade/ ano.

O documento que explicita o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação é apresentado em forma de pirâmide, onde as escolas e delegacias regionais de educação encontram-se no nível operacional com o objetivo de maximizar a eficiência e a eficácia do processo educativo.

A proposta de formação para diretores pela FEA/USP e para os coordenadores pedagógicos pela FE/USP não se efetivou, mas, nessa proposta, fica evidente a cisão entre o pedagógico e o administrativo.

Cada escola foi incumbida de construir seu próprio Regimento Escolar. Conforme o parecer CME 142/09, desde 1998 o Regimento Comum das Escolas Municipais, instituído na gestão Erundina, foi substituído por normas comuns que visavam assegurar a unidade das escolas da rede municipal de ensino.

Monfredini e Russo (2003) e Aguiar (2011) afirmam que, em 1997, a Secretaria Municipal de Educação do município de São Paulo determinou e fixou diretrizes de forma impositiva para as escolas da rede, no tocante à construção do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar. As orientações para a construção davam relevância à dimensão técnica do processo pedagógico em detrimento da dimensão política. As autoras identificam, nessas diretrizes, os mesmos pressupostos de qualidade total, embasados em critérios que orientavam a gestão de empresas.

As gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta evidenciam os princípios de eficácia e produtividade e qualidade de educação definida instrumentalmente, além de busca pela excelência. Esses princípios caracterizam um modelo organizacional que privilegia o individualismo e se opõe à gestão anterior que objetivava a consolidação de um processo coletivo. Nesses moldes, a atuação do diretor de escola é guiada para ser o gerente, aquele que se preocupa com o produto e não com os processos e, para tanto, a necessidade de desenvolver a criatividade e a habilidade para encontrar soluções que contribuam para o aumento da eficiência do processo educativo.

O governo de Marta Suplicy (2001-2004), intencionava resgatar a política educacional de Luiza Erundina. Retoma a garantia de autonomia das unidades escolares e a descentralização, bem como a tentativa de superação do conteúdo técnicoburocrático e a fragmentação das ações entre escolas, órgãos centrais e intermediários com a transformação das Delegacias de Ensino em Núcleo de Ação Educativa – NAE. O Departamento de Orientação Técnica (DOT) dos NAEs também passou por uma reestruturação de funcionamento com a criação dos grupos de acompanhamento da Ação Educativa – GAEE. As escolas foram divididas em polos e os GAEEs acompanhavam as escolas de cada polo.

Os princípios da política educacional foram: a democratização da gestão, a busca pela melhoria da qualidade social por meio da democratização do acesso e da permanência. As ações desenvolvidas para implementação das diretrizes educacionais eram pensadas e organizadas pelos NAEs e não mais determinadas pela Secretaria.

As formações foram proporcionadas numa parceria entre escola, GAAEs e universidades na intenção de inter-relacionar o conhecimento científico e o conhecimento acumulado pela escola.

O curioso é que sob o discurso de inclusão social, enquanto projeto de resistência ao neoliberalismo e de democratização no intuito de desenvolver um projeto emancipador de educação, em nome dos excluídos, essa gestão instituiu a Avaliação de Desempenho de todos os servidores da administração direta, definida como “monitoramento sistemático e contínuo, de vários aspectos, da atuação individual e institucional. A avaliação institucional consiste na mensuração do funcionamento da equipe de trabalho, das atividades desempenhadas, das metas e resultados alcançados” e a avaliação individual foi agrupada em dois níveis: gerencial e funcional. A justificativa era de que os resultados dessas avaliações subsidiariam programas de capacitação e requalificação profissional; programas de treinamento e desenvolvimento profissional: promoção por merecimento; premiações; progressão funcional nas carreiras; etc.

Instituiu-se, também, a Gratificação por Desempenho Educacional aos servidores lotados e em efetivo exercício nas unidades escolares e nos Núcleos de Ação Educativa. Os valores eram pagos anualmente e eram calculados individualmente considerando o desempenho aferido da unidade escolar e a frequência do servidor.

Os documentos consultados expressam a preocupação com a formação dos educadores e educandos no sentido de apropriação da cultura e promoção do conhecimento como possibilidade de desenvolvimento humano na busca da transformação da realidade e não simplesmente a adaptação às condições históricas da sociedade.

Essa gestão apresentou temas conflituosos e complexos para reflexão bem como debates entre os educadores acerca da construção de um currículo que considerasse a diversidade e que fosse adequado à organização da escola em ciclos de formação. No entanto, “não conseguiu efetivar empiricamente o movimento de reorientação curricular necessário para a mudança estrutural e radical da escola” (AGUIAR, 2011, p. 10).

Também não conseguiu superar princípios competitivos e individualistas, tendo em vista que as avaliações criadas, nessa gestão, legitimavam estes princípios. A estrutura organizacional dessa gestão incentivava o redimensionamento da atuação do diretor de escola e objetivava uma gestão partilhada com os agentes educacionais e a população. Novamente é possível invocar as análises de Viñao (1996) para compreender a dificuldade de tantas e tão fundamentais alterações.

Passando para a gestão seguinte, esta iniciou com José Serra em 2005, interrompendo em 2006 para concorrer e assumir o governo estadual de São Paulo. Gilberto Kassab assumiu essa gestão sendo reeleito para a próxima gestão (2009-2012).

O estudo de Michel (2010), que versa sobre a parceria dos novos provedores da sociedade civil com os governos na formulação de políticas educacionais, uma proposição neoliberal para a questão da descentralização, conclui que a proposta neoliberal se

consolidou no governo municipal de São Paulo, nessa gestão. Processo iniciado no município de São Paulo com a gestão Maluf, como apontado anteriormente, em que provedores da sociedade civil, em parceria com os governos, estabeleceram um conjunto de iniciativas privadas, com um sentido público, direcionadas à formulação de políticas educacionais sob o pretexto da ineficiência do Estado em gerir recursos públicos e para melhorar o desempenho escolar.

Nessa gestão, foram criados grupos de trabalho por assunto para encaminhamento dos seguintes programas prioritários: ampliação de vagas nos CEIs; educação continuada de professores; escola promotora de saúde; projeto comunidade pedagógica/São Paulo é uma escola, garantindo a recuperação paralela; facilitação de todas as atividades da Diretoria de Orientação Técnica (DOT).

A proposta educacional dessas gestões se consolidou com a implementação de três programas. O primeiro, lançado em 2005: São Paulo é uma escola cujo objetivo principal era estender por um período maior a permanência dos alunos de todas as modalidades de ensino na escola. Os projetos que compunham esse programa justificavam-se pela ampliação da capacidade leitora das crianças, jovens e adolescentes da cidade de São Paulo a partir do diagnóstico de que a universalização do atendimento estava efetivada no ensino fundamental, porém, a qualidade do ensino oferecido era precária, considerando dados de desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os objetivos desse programa expressos em lei eram: estabelecer ligação com o processo pedagógico; proporcionar o aumento qualificado do acesso dos alunos aos equipamentos sociais do município de São Paulo; contribuir para o enriquecimento cultural dos alunos visando atender o compromisso de transformar São Paulo em uma cidade educadora. Para o desenvolvimento das atividades, nas escolas, de pré e pós aulas, foi realizado termo de cooperação com ONGs. Nesse período, também, a Secretaria Municipal de Educação firmou termo de cooperação com representantes da sociedade civil tais como Fundação Victor Cívita, Abrinq, Nokia e C&A para desenvolvimento de projetos específicos de melhoria do desempenho dos alunos.

Casassus (2009), adverte para o fato de que ações que aumentam a quantidade de aulas e que utilizam medição estandardizada, representam medidas que visam a gestão do sistema e não da educação, tendo em vista que esse tipo de medida tem origem na economia e não em disciplinas relacionadas à educação.

O segundo programa foi lançado em fevereiro de 2006, intitulado: Programa Ler e Escrever – Prioridade na Escola Municipal, cujo princípio era desenvolver a competência leitora e escritora dos alunos. Para tanto, foram desenvolvidos projetos, pela secretaria, com material de apoio específico para professores, alunos e coordenadores pedagógicos. Além desses materiais, as formações continuadas para coordenadores pedagógicos, professores orientadores de sala de leitura e informática, professores de sala de apoio aos alunos portadores de deficiência tinham a intenção de subsidiar a elaboração dos

Projetos Pedagógicos das escolas, a formação dos professores pelos coordenadores pedagógicos e, ainda, orientar as discussões das reuniões pedagógicas e dos horários coletivos desenvolvidos nas escolas.

O terceiro programa, intitulado Orientação Curricular para o Ensino Fundamental, foi implementado na rede em 2008. Esse programa inaugurou o currículo único na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo e seus principais objetivos eram subsidiar as escolas na seleção e organização do conteúdo do ensino fundamental e contribuir para a reflexão sobre o que os alunos deveriam aprender em cada área do conhecimento. Foi elaborado por especialistas, por meio de assessorias prestadas à secretaria, sob a coordenação de DOT e, em seguida, submetido à apreciação e às sugestões dos educadores. A secretaria apontou a necessidade de que as escolas construíssem seus projetos pedagógicos a partir dos resultados aferidos nas avaliações externas e em concordância com as expectativas de aprendizagem expressas em cadernos específicos para cada ano dos ciclos I e II e área do conhecimento.

Em 2005, foi instituído na Rede Municipal de Ensino o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos para medir o desempenho dos alunos. Esses resultados seriam usados para “diagnósticos, planejamento e gestão de ações para melhoria e avanço nos processos de ensino-aprendizagem”, incluindo nessas ações a formação continuada dos profissionais da educação. O gerenciamento do sistema de avaliação seria realizado pela Assessoria Técnica de Planejamentos (ATP) enquanto a coordenação geral seria da responsabilidade do Departamento de Orientação Técnica (DOT) promovendo a integração da necessidade apresentada nos resultados à política educacional.

A Gratificação por Desempenho Educacional (GDE) instituída pelo governo anterior, foi substituída pelo Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), em 2009, e atrelou resultados das avaliações externas alcançados pelos alunos ao cálculo do desempenho institucional. O cálculo de desempenho institucional era composto, também, por avaliação dos usuários e definido como processo democrático, com a participação dos usuários exercendo o controle social.

Os programas implementados, contribuíram pouco para melhorar o desempenho escolar dos alunos na Rede Municipal de São Paulo. As dimensões socioculturais dos alunos, a realidade social vivida e a prática cotidiana da escola não foram articuladas com o conteúdo programático oficial (AGUIAR, 2011) e, ao contrário do que pretendem as políticas educacionais, os índices alcançados nas avaliações de larga escala têm diminuído, no entanto as autoridades aprofundam políticas que não funcionam, só pioram a situação (CASASSUS, 2009).

Princípios da gerência foram intensificados nesses programas: o controle à distância, a busca pela eficiência e produtividade, a qualidade definida instrumentalmente, controles mais rígidos sobre o trabalho dos professores e diretores. Os princípios performáticos

também foram intensificados com avaliação dos resultados e estabelecimento de metas.

Outro aspecto marcante é que, na gestão pública gerencial, a descentralização assume, na verdade, uma característica de desconcentração de responsabilidades. Para Castro (2007), essa é uma maneira de diminuir a responsabilidade do Estado de alguns deveres com os serviços sociais. Na gestão educacional, isso se caracteriza com a participação dos pais junto à gestão da escola, a política interna da escola é definida em conjunto e, portanto, o resultado alcançado torna-se responsabilidade de todos.

A constância de princípios básicos dessas administrações que justificaram os programas da política educacional implementados, atendeu determinações da Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Base (1996). Foram eles: autonomia da escola; melhoria da qualidade do ensino oferecido pela rede e descentralização; formação dos profissionais da educação. O dimensionamento político da realidade é o diferencial dessas administrações e define o projeto de educação subliminar de cada uma dessas administrações.

A reorientação curricular implementada no sistema educativo municipal de São Paulo, em 2008, deu-se de forma hierarquizada, pensada sem a participação da comunidade escolar e produziu o impacto de alterar as práticas escolares. O cotidiano escolar foi definido pela mudança de padrões de conduta acompanhadas por expressões como avaliação de desempenho, avaliação externa, bônus acarretando a desestruturação da organização coletiva do trabalho docente (FERNANDES, 2010).

A partir dos novos padrões de conduta e novas expressões, o universo de tarefas pedagógicas e administrativas aumentaram a responsabilização do gestor em relação aos resultados da escola, pois, conforme as atribuições do cargo. E, ainda, contraditoriamente, foram impostas mudanças na organização das práticas escolares, mediante diretrizes educacionais que acentuam a dimensão individual do trabalho, ao mesmo tempo que determinam que o diretor realize a gestão partilhada com a comunidade educativa, visando a melhoria da aprendizagem do alunado, bem como as condições do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se, nas propostas educacionais do município de São Paulo, a disputa entre dois projetos de escola que se alternam ao longo do período estudado.

Um projeto, tem como objetivo a formação de cidadãos autônomos a partir de uma escola igualmente autônoma em relação aos interesses ligados ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o diretor de escola pode ser o agente, aquele que explicita as contradições das propostas: a impossibilidade de efetivação e a realidade objetiva, concreta, vivida na escola com uma atuação que vislumbra a participação da comunidade educativa na construção das propostas; uma atuação pautada por princípios democráticos.

O outro projeto, hegemônico, de submissão das escolas aos interesses econômicos prevê um projeto educacional pretensamente eficiente que concebe cidadãos como consumidores, no qual a predominância da responsabilidade pelos resultados da escola está centrada na figura do diretor como um gerente, baseado nos modelos de gestão empresarial. A eficiência é definida e medida por meio dos resultados obtidos nas avaliações externas, ou seja, essas avaliações controlam e regulam todo o processo educativo. Nesse caso, a atuação do diretor de escola, vislumbra o compromisso dos sujeitos envolvidos no processo educativo como garantia de efetivação destas propostas.

Para Castro (2007), a reforma gerencial nos serviços públicos revela um contexto comprometedor da qualidade social dos serviços prestados à população. Enquanto o mundo empresarial visa o lucro, o serviço público busca o interesse público e pressupõe procedimentos democráticos. Nesse sentido, podemos afirmar que os diferentes projetos para a educação, ainda que tenham em comum o compromisso com a melhoria da qualidade, dizem respeito à qualidade diferentemente conceituada, ou seja, cada projeto de educação traz no bojo um conteúdo específico de qualidade. As gestões de Luiza Erundina e Marta Suplicy se referem à qualidade social da educação considerando o dimensionamento político participativo das relações estabelecidas na escola enquanto que as gestões de Paulo Maluf, Celso Pitta e José Serra/Gilberto Kassab apontam para um dimensionamento também político, mas instrumental de qualidade.

As políticas educacionais não têm o poder imanente de provocar mudanças que atendam os princípios nelas expressos, mas tem o poder de ocultar a ideologia que envolve algumas ações e cria a ilusão de inovação.

Mesmo em sua face mais progressiva e utópica, as reformas experimentadas pelo Município de São Paulo não avançaram em mudanças de paradigmas. Elas aprofundaram a racionalidade de submissão à lógica do capital, disseminando formas empresariais, tomando como elementos centrais para as decisões pedagógicas e administrativas a produtividade, a eficiência, o lucro, as metas, a inovação, etc.

As ações políticas educacionais provocam instabilidade e insegurança sobre os profissionais acerca de seu trabalho. As mudanças afetam a forma de trabalhar e de perceber a realidade, interferindo na vida da escola de forma gradativa, afetando o fazer pedagógico. A força coercitiva dessas ações se exerce por meio dos mecanismos de controle que as acompanham e são cada vez mais intensos (MARIN, 2012).

Segundo Ball (2005), a categoria profissionalismo - baseada “em uma relação específica entre o profissional e seu trabalho, uma relação de compromisso” que é uma relação autêntica porque é baseada na reflexão e na possibilidade de indecisão não tem lugar como prática ético-cultural nas reformas. O autor constata uma mudança profunda nas forças que condicionam a formação da identidade docente.

A redefinição dessa categoria - efeito das tecnologias políticas das reformas o novo gerencialismo e a performatividade - é estruturada pela racionalidade técnica, ou seja, uma

busca constante pela ordem, transparência e classificação; reduzindo os profissionais pós reformas em pessoas obedientes às regras impostas de forma exógena; impondo-lhes uma performance na qual a prática é medida por meio de julgamentos fixos e impostos. Trata-se de um profissionalismo de outro, não do profissional.

A cultura da performatividade, por meio de estratégias de regulação cada vez mais sutis, determina o valor de uma instituição por sua produtividade (os resultados), fragilizando, portanto, um posicionamento de controvérsia ao currículo imposto e, ainda, criando a ilusão de reconhecimento e prestígio profissional quando os indivíduos se rendem ao discurso reformista e investem esforços para instrumentalizar o ato de ensinar e aprender.

A atuação do diretor de escola, sob a égide do discurso de gestão democrática, presente em todas as reformas educacionais que acompanharam as administrações da cidade de São Paulo foi conformada, na prática, aos princípios da gerência e da performatividade. Essa realidade certamente inviabiliza reflexões mais aprofundadas acerca da melhoria da qualidade do ensino oferecido pela rede.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denise Regina da Costa. A proposta de política pública educacional no município de São Paulo: a (des) construção de uma escola pública popular, democrática e com qualidade. Apresentação de comunicação oral em simpósio. ANPAE, Políticas públicas e gestão da educação básica, 2011. Disponível em www.anpae.org.br. Acesso em 02.05.2013.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, pp. 99-116, Jul-Dez/2001.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005, p. 539-564.

CASASSUS, J. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, n. 09, mai./ago. 2009, p. 71-78. Disponível em <http://sisifo.fpce.ul.pi>. Acesso em 02/12/2013.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, A.; CASTRO, A.M.D.A.; FRANÇA, M., QUEIROZ, M.A. (orgs.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro Editora, 2007, p. 115-144.

FERNANDES, Maria José da Silva. A coordenação pedagógica face às reformas educacionais paulistas: o trabalho desvelado. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, GT-05, 2010. Disponível em www.anped.org.br. Acesso em 02/05/2013.

MARIN, A.J. Ações políticas educacionais e impactos sobre o trabalho docente. Perspectiva, (UFSC), v. 30, 2012, p. 657-681.

MICHEL, João Carlos Macieski. A ação do instituto Ayrton Senna na gestão das políticas educacionais: alianças sociais e legitimação do gerencialismo na educação. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2010.

MONFREDINI, I.; RUSSO, M.H. O projeto político pedagógico e a gestão nas escolas municipais paulistas. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPEd, GT-05, 2003. Disponível: www.anped.org.br. Acesso em 02/05/2012.

POPKEWITZ, Thomaz. Reforma Educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANCHES, S.M. A atuação do diretor de escola: entre o discurso da gestão e a prática da gerência. 2014. Dissertação de Mestrado. PEPG: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

SANTOS, Manira Aboud. Educação e Democracia no governo democrático popular da cidade de São Paulo. Tese de doutorado em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

VIÑAO, Antonio. Culturas escolares, reformas e innovaciones entre la tradición y el cambio. In: La construcción de una nueva cultura en los centros educativos. VIII

Jornadas estatales del Forum Europeo de Administradores de la educación. Murcia, 1996, p. 18-29.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Sociopolítica 23, 24, 25, 33, 34

C

Ciências Biológicas 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 49, 57, 84

Currículo 12, 17, 23, 35, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 67, 80, 81, 108, 116, 117, 119, 127, 128, 131, 132, 140, 149, 151, 152, 158, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 176, 190, 191, 193, 195, 200, 201, 218, 220, 225, 227, 230, 240, 243

D

Diretrizes Curriculares 10, 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 67, 86, 127, 134, 136, 137, 138, 141, 151, 154, 155, 188, 195, 238, 241

Diversidade 12, 55, 59, 72, 73, 74, 75, 76, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 146, 152, 189, 208, 225, 240

Docência 12, 13, 15, 17, 20, 21, 25, 27, 35, 36, 38, 46, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 60, 64, 65, 68, 86, 89, 127, 129, 132, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 145, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 189, 190, 195, 196, 238, 239, 241, 243

Double-Loop 49, 50, 57

E

Educação Básica 18, 19, 20, 26, 36, 37, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 78, 79, 95, 100, 102, 104, 115, 117, 122, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 150, 152, 163, 165, 195, 198, 226, 230, 235, 236, 238, 240

Educação de Jovens e Adultos 187, 188, 189, 191, 194, 195

Educação Infantil 46, 47, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 163

Educação para Cidadania 197

Educação Superior 12, 17, 57, 138, 139, 140, 143, 144, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169

Ensino-Aprendizagem 8, 13, 29, 37, 38, 40, 46, 54, 84, 86, 88, 138, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 175, 176, 189, 211, 212, 227

Ensino de Ciências e Biologia 47, 197

Ensino de História 78, 88, 89

Ensino Regular 41, 90, 92, 96, 97, 118, 186

F

Formação Continuada 3, 14, 50, 51, 67, 98, 136, 137, 138, 141, 143, 172, 190, 193, 223, 227, 232, 234, 236, 237, 238, 240, 241

Formação Docente 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 29, 32, 34, 35, 36, 38, 54, 57, 60, 64, 65, 67, 78, 79, 80, 83, 87, 88, 114, 121, 122, 140, 142, 168, 187, 232, 234, 236

Formação Inicial 3, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 33, 47, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 123, 131, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 187, 190, 194, 234, 237, 239, 240, 241, 242

H

Histórias de Vida 1, 2, 3, 8, 9

I

Identidade Profissional 1, 2, 61, 79, 128, 234, 235, 239

Inclusão 19, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 112, 113, 115, 118, 121, 152, 161, 165, 166, 168, 179, 186, 225

Institutos Federais 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 170

Instrumentos de Ensino 37

M

Mostra Científica 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45

O

Organização Curricular 157, 158, 159, 160, 161, 162, 167, 237

P

PARFOR 15, 18, 19, 20, 22, 68, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89

Política Educacional 124, 134, 137, 219, 220, 222, 223, 224, 227, 228, 230

Políticas Públicas 10, 11, 13, 16, 18, 20, 72, 73, 94, 98, 106, 124, 127, 128, 134, 143, 187, 194, 195, 199, 230, 243

Prática Docente 19, 37, 49, 51, 54, 56, 85, 90, 102, 108, 110, 121, 125, 127, 130, 152, 164, 165, 166, 169, 177, 187, 189, 200, 206, 209, 214, 234, 237

Professor Bacharel 136, 137, 138, 140, 141, 143

Professor Reflexivo 17, 34, 114, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 234, 237, 242

Profissão Docente 13, 32, 51, 60, 61, 112, 131, 135, 233, 234, 241, 242

Projeto Político-Pedagógico 49

Q

Questões Sociocientíficas 23, 24, 35, 197, 199, 201, 202, 204, 205, 206

R

Recursos Humanos 170, 176

Reformas Educacionais 126, 219, 220, 230, 235

Rotina Pedagógica 145, 146, 153

T

TDAH 90, 94, 95, 96, 98

Tecnologia 10, 21, 23, 25, 27, 28, 34, 36, 115, 137, 139, 140, 142, 143, 158, 165, 168, 169, 173, 199, 200, 201, 202, 205, 208, 209, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 243

Teoria Queer 100, 103, 111

Trabalho do Professor 26, 31, 113, 130, 145, 146, 156, 193, 242

Atena
Editora

Ano 2020

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 